VANGUARDA DO NORTE

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e acesse a versão digital do Jornal

ANO 4 - Nº 990 - Manaus, quarta-feira, 11 de novembro de 2026

R$1,00

VISITA

Recuperação judicial bate recorde e atinge 8,5 mil empresas no Brasil até o 3º trimestre

ECONOMIA 7

SOU DA PAZ

Armas são negligenciadas na prevenção ao feminicídio, alerta Sou da Paz

POLÍCIA 5

Transição no Amazonas tem reunião no Complexo Regulador e Alessandra Campelo conversa com servidores sobre Sisreg

A vice-governadora eleita do Amazonas, Alessandra Campelo, visitou nesta terça-feira (10) o Complexo Regulador do Amazonas, em Manaus, para conhecer de perto o funcionamento do Sistema Nacional de Regulação (Sisreg) e ouvir os profissionais que atuam no serviço. A agenda integra os trabalhos da equipe de transição, conduzidos sob a coordenação do governador eleito Omar Aziz, que está em Brasília cumprindo compromissos no Senado Federal.

A visita teve como foco compreender os desafios operacionais do sistema, responsável pela organização do acesso da população a consultas, exames e procedimentos especializados. Alessandra conversou com servidores, conheceu a rotina do complexo e ouviu sugestões de quem acompanha diariamente as dificuldades enfrentadas pelos usuários da rede pública de saúde.

Reduzir a fila do Sisreg e normalizar o atendimento estão entre as principais prioridades estabelecidas por Omar Aziz a partir de 2027. ÚLTIMAS 2

Flávio Dino afasta redução imediata para 40h mesmo sem acordo sobre fim da escala 6×1

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou em audiência de conciliação nesta terça-feira (10) que, independentemente de haver acordo sobre o fim da escala 6×1, a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais não será imediata.

Segundo o texto aprovado pelo Congresso Nacional, a mudança da escala ocorrerá em duas etapas. A primeira fase deverá ser implementada em até 60 dias, garantindo dois dias de repouso remunerado por semana, com a redução da escala de 44 para 42 horas de trabalho por semana. POLÍTICA 6

Amazonense Marília é convocada novamente pela seleção brasileira para última data FIFA do ano

ESPORTES 10

Porto de Santos adota plano de contingência após ataque hacker

BRASIL 8

DIVULGAÇÃO



CIDADES 4

Acolhimento respeita cultura de mulheres indígenas atendidas na Maternidade Balbina Mestrinho

CIDADES 4

Confusão entre investigador da Polícia Civil e motociclistas termina com quatro pessoas baleadas

POLÍCIA 5

Pagamento do 13º anunciado pelo governador Roberto Cidade vai injetar R$ 300 milhões na economia do Amazonas

O pagamento da segunda parcela do 13º salário vai injetar aproximadamente R$ 300 milhões na economia do Amazonas. Anunciado em outubro pelo governador Roberto Cidade, o benefício será depositado nos dias 12 e 13 de novembro e alcançará 123 mil servidores ativos, inativos e pensionistas.

Parlamento de Israel toma posse sem um novo governo definido

O parlamento de Israel tomou posse nesta terça-feira sem um novo governo, após uma eleição geral sem resultado favorável que retirou a maioria parlamentar do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, mas deixou seus principais rivais sem um caminho claro para o poder.

Os parlamentares eleitos na votação de 27 de outubro tomaram posse, enquanto Gadi Eisenkot, um ex-general, buscava formar uma coalizão após o presidente de Israel tê-lo incumbido.

MUNDO 8

Quem é o autor brasileiro que foi parar na lista de livros imperdíveis do New York Times

CULTURA 9

Governo Lula enxuga agenda de 2026 e adia pauta legislativa

O governo federal decidiu reduzir sua agenda legislativa para 2026 e adiar parte das pautas em discussão. Diante do tempo escasso até o recesso de dezembro, o Palácio do Planalto elegeu um conjunto restrito de prioridades para tentar avançar ainda neste ano. POLÍTICA 6



Últimas

Transição no Amazonas tem reunião no Complexo Regulador e Alessandra Campelo conversa com servidores sobre Sisreg

Vice-governadora eleita gerencia a transição na área da saúde sob orientação de Omar Aziz, que cumpre agenda em Brasília. Levantamento inclui escuta de servidores que atuam diretamente no Sistema de Regulação

DIVULGAÇÃO



|Vice-governadora eleita do Amazonas, Alessandra Campel

A vice-governadora eleita do Amazonas, Alessandra Campelo, visitou nesta terça-feira (10) o Complexo Regulador do Amazonas, em Manaus, para conhecer de perto o funcionamento do Sistema Nacional de Regulação (Sisreg) e ouvir os profissionais que atuam no serviço. A agenda integra os trabalhos da equipe de transição, conduzidos sob a coordenação do governador eleito Omar Aziz, que está em Brasília cumprindo compromissos no Senado Federal.

A visita teve como foco compreender os desafios operacionais do sistema, responsável pela organização do acesso da população a consultas, exames e procedimentos especializados. Alessandra conversou com servidores, conheceu a rotina do complexo e ouviu sugestões de quem acompanha diariamente as dificuldades enfrentadas pelos usuários da rede pública de saúde.

Reduzir a fila do Sisreg e normalizar o atendimento estão entre as principais prioridades estabelecidas por Omar Aziz a partir de 2027. Alessandra Campelo destacou que a orientação do governador eleito é construir soluções a partir da experiência dos profissionais que estão na linha de frente, e não apenas de decisões tomadas nos gabinetes.

"O Sisreg é um grande desafio. Diminuir essa fila e levar a normalidade ao atendimento é um dos principais desafios do nosso governador eleito Omar Aziz. Hoje eu vim conhecer todo o complexo, conversar com os servidores. Eles têm muitas ideias importantes e estão sendo ouvidos. A gente quer ouvir as pessoas que estão na ponta, que sabem como resolver o problema", afirmou Alessandra.

Transição busca soluções, não caça às bruxas

A vice-governadora ressaltou que o levantamento de informações durante a transição não tem caráter de fiscalização punitiva, mas busca identificar problemas e encontrar alternativas concretas para melhorar os serviços públicos. "Não são só números. A gente está ouvindo as secretarias e não é para fazer caça às bruxas, mas uma caça em busca das soluções. Queremos buscar soluções efetivas para a população e implementar nosso plano de governo, os compromissos que temos com o povo do Amazonas", reforçou.

Alessandra também destacou a importância de valorizar os servidores efetivos e aproveitar o conhecimento acumulado por quem mantém os serviços em funcionamento e tem contato direto com a população.

O trabalho de transição já inclui reuniões temáticas com diferentes áreas da administração estadual. A partir das informações e contribuições recebidas, a equipe está preparando relatórios que servirão de base para o diagnóstico do Estado e para o planejamento das primeiras ações do novo governo, que começa em 6 de janeiro de 2027.



Opinião

ZARA PUBLICIDADE LTDA
CNPJ 43.801.639/0001-89
Av. Djalma Batista,170 - Sala 18 - Parque 10 de Novembro
CEP. 69055-38 - Manaus-Amazonas

Gerente de Circulação
Janelson Palheta

FALE CONOSCO
(92) 99104-8484
(92) 99104-8488 (92) 99104-8475

Editorial

Banco Central alerta para a conta da escala 6x1

O fim da escala 6x1 está gerando confusão. O que não é surpresa nenhuma. Começa pelo princípio de tudo: colocar na Constituição um limite para carga semanal de horas de trabalho é uma coisa, regular na Constituição como será a escala, ou seja, como essas horas de trabalho semanais vão ser distribuídas, é outra coisa.

Teria sido bem melhor – conforme alertavam os especialistas – deixar as várias categorias negociarem qual a melhor fórmula, mas a emoção eleitoral venceu a razão. Agora é o STF (Supremo Tribunal Federal) que está metido na empreitada.

Qual?

Ajudar a elaborar um decreto de regulamentação – para mitigar os impactos operacionais e a possibilidade de adequação dos regimes de folga via convenção e acordo coletivo.

Como se dizia desde o começo, antes que a 6x1 fosse um projeto para reeleger o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), era mais fácil deixar o pessoal negociar. O Banco Central deu um nome para essa confusão: pressão inflacionária sobretudo para o setor de serviços, devido à maneira principalmente como tudo isso tramitou.

Vem ainda por cima a entrada em vigor da reforma tributária, que até aqui garantiu duas coisas: impostos mais pesados e uma enorme dificuldade de compreensão do que já parece ser o cipoal tributário 2.0 à espera da maior alíquota de IVA – o imposto sobre o consumo – do mundo.

Neste momento, a julgar pela campanha que reelegeu Lula, o país já poderia se entregar ao júbilo e celebração.

Mas está preocupado pois parece que o comprimido para dor de cabeça vai custar bem mais caro.

Destaque

DIVULGAÇÃO



O presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam), deputado Adjuto Afonso (União Brasil), foi agraciado com a Medalha e o Diploma do Mérito Judiciário 2026, concedidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM), nesta terça-feira (10/11). A solenidade foi realizada na sede do Tribunal, onde o parlamentar foi representado pelo vereador de Manaus Diego Afonso (União Brasil).

Para o deputado Adjuto Afonso, a homenagem simboliza o reconhecimento de sua atuação pública e da contribuição para o fortalecimento das instituições do Amazonas.

De olho

JUNIOR PRETO/PREFEITURA DE PARINTINS



A fumaça provocada por queimadas levou a Prefeitura de Parintins, no interior do Amazonas, a suspender as aulas presenciais em toda a rede municipal e a fechar os ginásios esportivos da cidade nesta semana.

O Hospital Jofre Cohen, principal unidade de saúde da cidade, registrou aumento na procura por atendimento de pacientes com problemas respiratórios. A unidade está há 48 horas sem o serviço de UTI aérea, interrompido pela baixa visibilidade causada pela fumaça.



Daniel Rittner

Diretor editorial da CNN em Brasília, comanda a editoria de Infra. Atuou mais de duas décadas como repórter no Valor Econômico.

Governo quer 1,75% de superávit em 2030 e centro da meta fiscal como alvo

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prevê um ajuste fiscal para entregar superávit primário de 1,75% do PIB em 2030.

Segundo relatos feitos à imprensa, haverá um aumento gradual do resultado nos próximos quatro anos: 0,5% em 2027, 1% em 2028 e 1,25% em 2029.

O texto de um PLP (projeto de lei complementar) foi conversado antecipadamente com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos -PB).

Ele deve ser protocolado ainda nesta semana pelo senador Jaques Wagner (PT-BA), em um texto que trata originalmente de regras para o seguro rural, e relatado por Eduardo Braga (MDB-AM).

A intenção da equipe econômica é deixar claro o compromisso de perseguir o centro da meta fiscal e enxugar as exceções ao arcabouço, como investimentos em defesa, deixando apenas uma parte do pagamento de precatórios fora da conta.

Uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) não está descartada como possível complemento às medidas. A tramitação deverá ser iniciada antes mesmo da volta de Lula ao Brasil -- ele está em viagem à Turquia e às Filipinas.

O objetivo do governo é estabilizar a dívida pública, que aumentou 11 pontos percentuais do PIB no atual mandato do petista, e melhorar as condições para uma redução sustentável dos juros.

A equipe econômica garante, nos bastidores, que os compromissos assumidos pela campanha de Lula à reeleição estão garantidos.

Para implementar o ajuste, haverá mudança no cálculo dos pisos constitucionais, sem deixar de cumprir os mínimos exigidos para gastos em educação e em saúde, mas deixando de contabilizar algumas receitas extraordinárias.

Uma das promessas é conter o ritmo de crescimento das despesas obrigatórias e ampliar a margem do governo para contingenciar o orçamento.

Com isso, serão criados gatilhos para o ritmo de crescimento real de gastos permitido pelo arcabouço. Hoje a expansão é de 2,5% ao ano. Deve cair para 2%, dependendo da dificuldade do governo em alcançar o centro da meta.

Estão descartadas, porém, alterações em programas sociais como o Bolsa Família ou o BPC (Benefício de Prestação Continuada), bem como qualquer desvinculação entre salário mínimo e aposentadorias.

Gastos tributários (desonerações) também devem ser limitadas pelas novas medidas.



Jussara Soares

Em Brasília desde 2018, está sempre de olho nos bastidores do poder. Em seus 20 anos de estrada, passou por O Globo, Estadão, Época, Veja SP e UOL

Master: associação de delegados critica direção da PF após afastamentos

A ADFP (Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal) criticou nesta terça-feira (10) a direção da corporação pelo afastamento de dois delegados após a conclusão de relatórios sobre menções a ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) nas investigações do caso Master. Em nota de repúdio, a entidade considerou insuficientes as explicações da PF e alertou para a possibilidade de retaliação aos investigadores.

A associação não menciona nominalmente Andrei Rodrigues, mas critica diretamente a gestão do diretor-geral e afirma que não cabe à chefia da PF interferir no conteúdo dos documentos produzidos pelos responsáveis pelas investigações.

Segundo a associação, os delegados foram afastados de suas funções na Coordenação-Geral de Repressão à Corrupção, Crimes Financeiros e Lavagem de Dinheiro um dia após concluírem os documentos, elaborados por determinação do presidente do Supremo.

Para a associação, a possibilidade de retaliação em razão das pessoas mencionadas nas investigações transmite uma mensagem preocupante à carreira e ameaça a autonomia dos delegados.

A entidade também acusa a atual direção de adotar, de forma recorrente, atos que contrariam princípios da instituição, como o respeito à condução dos inquéritos por seus responsáveis e o distanciamento da gestão em relação à atividade investigativa.

Na nota, a ADPF defende mudanças na escolha do diretor-geral da PF, com lista tríplice formada por eleição entre os delegados, mandato fixo não coincidente com o presidencial e regras expressas para destituição.

A associação propõe que essas medidas sejam incluídas na eventual medida provisória de criação do Ministério da Segurança Pública e se coloca à disposição para iniciar imediatamente uma consulta à carreira para formar a lista destinada à escolha de um novo diretor-geral.

Em meio à crise, Andrei se desfiliou da ADPF após mais de 24 anos, conforme mostrou a imprensa. A saída foi formalizada na sexta-feira (6), mesmo dia em que os dois delegados do caso Master foram informados de que deixariam a investigação.

A interlocutores, o diretor-geral reclamou da falta de apoio público da associação em episódios recentes, especialmente quando foi afastado do cargo por decisão do ministro André Mendonça, em setembro. Na ocasião, a ADPF divulgou nota contra o afastamento e em defesa de mandato e autonomia para a direção da PF.

A PF afirmou que a troca dos delegados foi uma mudança administrativa e que não afeta as investigações sobre Daniel Vorcaro.

Cidades

Pagamento do 13º anunciado pelo governador Roberto Cidade vai injetar R$ 300 milhões na economia do Amazonas

Segunda parcela será paga nos dias 12 e 13 de novembro; somada à folha do mês, movimentará cerca de R$ 1,3 bilhão em 15 dias

O pagamento da segunda parcela do 13º salário vai injetar aproximadamente R$ 300 milhões na economia do Amazonas. Anunciado em outubro pelo governador Roberto Cidade, o benefício será depositado nos dias 12 e 13 de novembro e alcançará 123 mil servidores ativos, inativos e pensionistas.

Somado à folha salarial de novembro, que será paga nos dias 26 e 27 e deve movimentar cerca de R$ 1 bilhão, o pagamento do 13º fará circular aproximadamente R$ 1,3 bilhão em um intervalo de 15 dias.



DIVULGAÇÃO

Governador Roberto Cidade

"O pagamento do 13º salário, junto com a folha de novembro, representa mais do que segurança e tranquilidade para milhares de famílias. É também um importante impulso para a economia do nosso estado. São cerca de R$ 1,3 bilhão circulando em apenas 15 dias, fortalecendo o comércio, movimentando os serviços e gerando oportunidades nos 62 municípios do Amazonas. Estamos trabalhando com planejamento e responsabilidade fiscal para manter os compromissos com o funcionalismo e fazer com que esses recursos cheguem à economia e beneficiem toda a população", destacou o governador.

A circulação dos recursos deve fortalecer o comércio, os serviços e outras atividades produtivas nos 62 municípios do Amazonas. Com o dinheiro disponível antes do fim do ano, as famílias também ganham mais capacidade para organizar despesas e ampliar o consumo, movimentando diferentes setores da economia.

Ao anunciar o calendário, no Dia do Servidor Público, o governador Roberto Cidade destacou que a definição antecipada das datas ajuda os trabalhadores a se planejarem. "Antecipamos o pagamento dos nossos servidores estaduais. Tudo isso para que eles possam se planejar e passar as festas de fim de ano com mais tranquilidade", afirmou na ocasião.

O cronograma divulgado pelo Governo do Estado prevê ainda o pagamento da folha de dezembro nos dias 23 e 24. A organização das datas, segundo o governo, é resultado do planejamento orçamentário e do acompanhamento das contas públicas, com medidas voltadas à sustentabilidade das finanças estaduais.

Valorização do funcionalismo

O pagamento do 13º salário integra as medidas de valorização dos servidores estaduais adotadas em 2026. Ao longo do ano, 66.707 trabalhadores foram contemplados com reajustes, promoções e convocações de concursados em diferentes áreas da administração pública.

Na Educação, o reajuste de 4,14% alcançou 35.784 servidores. Na Saúde, 15.855 profissionais receberam reposição salarial de 4,39%. As medidas valorizam os trabalhadores que atuam em serviços essenciais e contribuem para o atendimento à população em todo o estado.

Calendário de pagamento:

13º salário: 12 e 13 de novembro

Folha de novembro: 26 e 27 de novembro

Folha de dezembro: 23 e 24 de dezembro

AFEAM

Afeam amplia atendimento para renegociação de financiamentos até dezembro

A Agência de Fomento do Estado do Amazonas (Afeam) promove ações de renegociação de dívidas em condições facilitadas para empreendedores da capital e do interior. Em Manaus, o atendimento presencial ocorre na sede da instituição, das 8h às 16h, localizada na avenida Constantino Nery, bairro Flores, zona centro-sul da cidade. No interior, a iniciativa conta com o apoio de parceiros técnicos, que orientam os clientes conforme o segmento econômico.



DIVULGAÇÃO

Agência de Fomento do Estado do Amazonas (Afeam)

Atendimento no interior

Para o setor primário, o parceiro é o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam). Já os empreendedores dos setores secundário e terciário contam com a orientação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e das Salas do Empreendedor.

Entre as alternativas de regularização está o Limpa Crédito Afeam para financiamentos contratados com recursos do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas (FMPES), compreendendo contratos firmados entre 1999 e 2019, com operações de até R$ 500 mil. O programa oferece descontos de até 100% sobre juros e multas para liquidação da dívida. Para renegociação, os descontos variam de 50% a 70%, também sobre juros e multas, além de condições facilitadas para entrada.

A coordenadora da Afeam, Shirlane Gonçalves, destacou as opções de atendimento disponíveis aos clientes que desejam regularizar seus financiamentos.

"O cliente da Afeam que estiver procurando renegociação tem a possibilidade de ser atendido presencialmente na sede da Agência. Também pode acessar o site, informando apenas o CPF ou CNPJ, para fazer a simulação da renegociação, liquidação ou parcelamento. No interior, pode procurar os parceiros técnicos da Afeam", destacou a coordenadora.

Outra possibilidade é a renegociação pelo Portal do Cliente, disponível 24 horas por dia no site da Afeam. O serviço atende operações contratadas com recursos do FMPES que tenham saldo devedor de até R$ 21 mil.

Como acessar

As condições do Limpa Crédito Afeam podem ser consultadas em https://www.afeam.am.gov.br, na opção "Limpa Crédito Afeam". O Portal do Cliente também está disponível no site institucional.

Para orientações, os clientes podem entrar em contato pelo WhatsApp (92) 3655-3030 ou pelo e-mail gecob@afeam.org.br.

CASA DE APOIO A MULHER INDÍGENA

Acolhimento respeita cultura de mulheres indígenas atendidas na Maternidade Balbina Mestrinho

Há quase dois meses longe de casa, a indígena Eulenize Michiles, de 30 anos, encontra na Casa de Apoio da Maternidade Balbina Mestrinho, zona sul de Manaus, um lugar para descansar, receber suporte e dividir experiências com outras mulheres. Integrante do povo Sateré-Mawé e moradora da aldeia Babaçutuba, em Barreirinha, ela acompanha o filho, que está internado na unidade. Em outubro, o governador Roberto Cidade inaugurou um espaço voltado ao acolhimento de mulheres indígenas, com respeito aos costumes e às tradições de cada povo.

Eulenize conta que teve o bebê em Barreirinha, no dia 4 de setembro. Segundo o relato da mãe, ela teve pré-eclâmpsia e o filho sofreu asfixia durante o parto. Nascido com 2,5 quilos, ele precisou de atendimento em uma unidade com suporte de UTI neonatal e foi transferido para Parintins, onde ficou entubado por nove dias. Depois, chegou à maternidade em Manaus para continuar o tratamento.

"No início, ninguém quer estar numa situação como essa, mas é muito gratificante ter o apoio da equipe médica e do psicólogo. Nunca tinha saído de casa por tanto tempo. Já vou fazer dois meses com ele nessa situação, mas é muito bom saber que existe esse acolhimento e ter esse quarto aqui. A gente fica até mais despreocupada", relata.

Para ela, a convivência com outras mães que também acompanham os filhos durante longas internações ajuda a enfrentar a distância da família e da comunidade. "A gente compartilha a mesma história e não fica tão só. Conta a própria experiência, ouve a história das outras e fica com um propósito em comum: ver os filhos se recuperando. Algumas estão aqui há três ou quatro meses, e a gente acaba se solidarizando", diz Eulenize.

Casa de Apoio

O espaço funciona 24 horas e tem capacidade para receber até 14 mulheres simultaneamente. Instalado na Casa de Apoio da maternidade, conta com redes para descanso e áreas que permitem às usuárias preparar os próprios alimentos, conforme as normas de funcionamento e convivência do local. A unidade atenderá, em média, de 10 a 12 mulheres indígenas por mês, com variações ao longo do ano.

A coordenadora do Serviço Social da maternidade, Tânia Almeida, explica que a equipe já oferecia uma Casa de Apoio e identificou a necessidade de adaptar o ambiente às particularidades culturais das mulheres que chegam de comunidades distantes.

"Esse espaço representa um pouco da cultura delas. Muitas vêm de longe, deixam seu povo e chegam a um ambiente totalmente diferente. Queremos que encontrem aqui, pelo menos, um pouco da cultura que faz parte da vida delas", afirma.



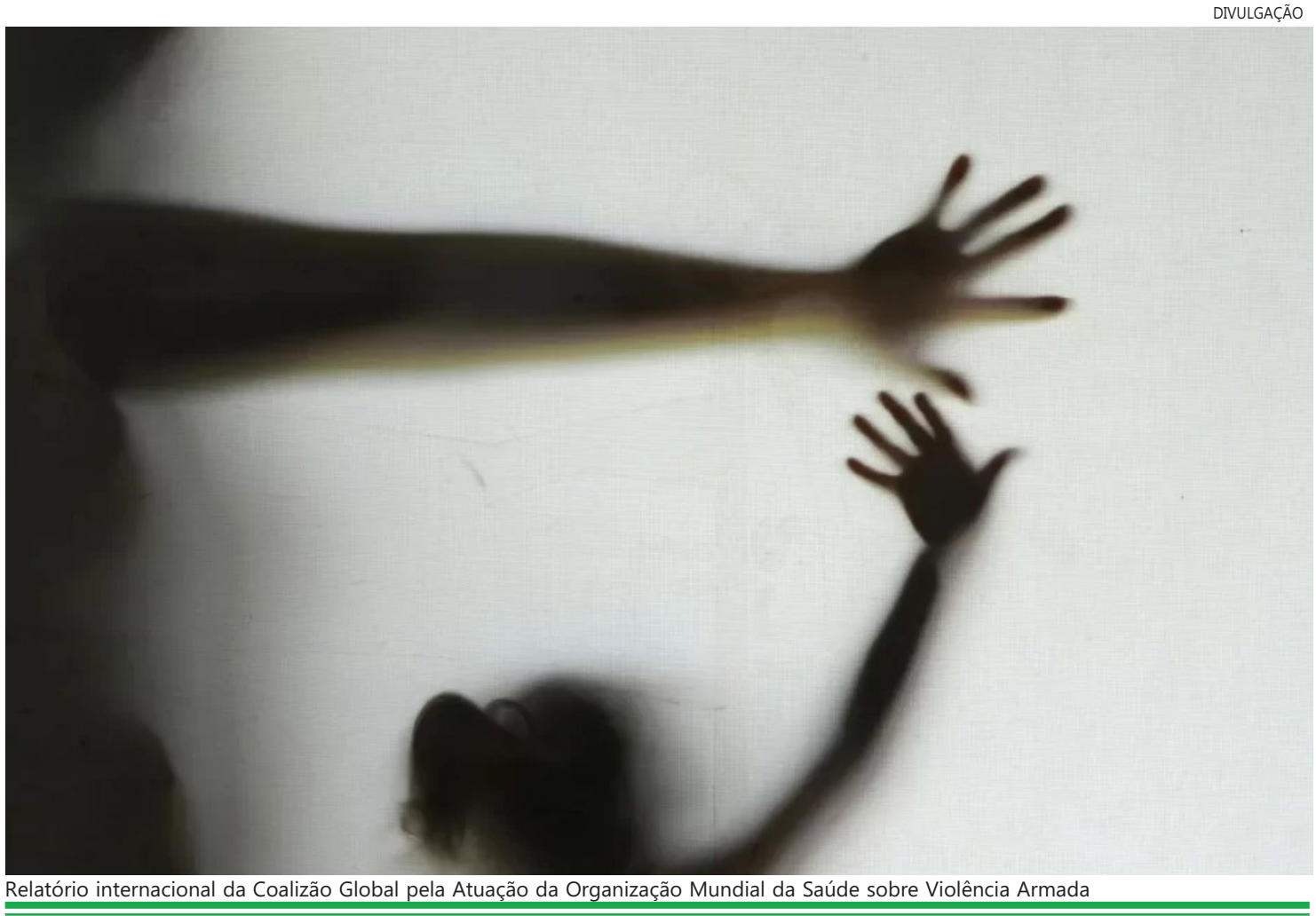
DIVULGAÇÃO

Casa de Apoio da maternidade

Armas são negligenciadas na prevenção ao feminicídio, alerta Sou da Paz

Estudo "Armas de fogo: uma lacuna crítica nos esforços globais de enfrentamento à violência contra as mulheres e ao feminicídio" reúne dados do Brasil, México, África do Sul e países dos Bálcãs Ocidentais

DIVULGAÇÃO



Relatório internacional da Coalizão Global pela Atuação da Organização Mundial da Saúde sobre Violência Armada

Um relatório internacional da Coalizão Global pela Atuação da Organização Mundial da Saúde sobre Violência Armada, elaborado com a participação do Instituto Sou da Paz, apontou que as armas de fogo estão entre os principais instrumentos utilizados em feminicídios em diferentes países, incluindo o Brasil.

No entanto, o documento aponta que as armas ainda são pouco consideradas nas políticas de prevenção à violência de gênero e defende a inclusão do controle do instrumento nas estratégias de enfrentamento ao feminicídio.

O estudo "Armas de fogo: uma lacuna crítica nos esforços globais de enfrentamento à violência contra as mulheres e ao feminicídio" reúne dados do Brasil, México, África do Sul e países dos Bálcãs Ocidentais. Segundo o documento, a disponibilidade de armas de fogo:

– aumenta a letalidade da violência contra mulheres;

– intensifica ameaças;

– e dificulta o rompimento de relações abusivas.

Um levantamento do Instituto Sou da Paz, com base em dados no SIM (Sistema de Informações sobre Mortalidade), destacou que, no Brasil, 47% das mulheres assassinadas em 2024 foram mortas com armas de fogo.

Entre 2020 e 2024, a média foi de aproximadamente 1.877 mulheres mortas por disparos [a cada ano], número equivalente a cerca de cinco vítimas por dia.

Na análise do instituto, baseada em dados da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo, agressões contra mulheres envolvendo armas de fogo têm letalidade 85% maior do que aquelas cometidas com outros meios. O levantamento comparou registros de tentativas de feminicídio com casos consumados.

O documento ainda destaca o uso de armas como instrumento de intimidação e controle, uma vez que, em 2024, foram registradas cerca de 4.400 notificações de violência não letal envolvendo armas de fogo contra mulheres no Brasil.

Desse total, 44% ocorreram dentro de casa, sendo que parceiros ou ex-parceiros foram os autores mais frequentes entre as categorias identificadas, respondendo por aproximadamente um quarto dos registros.

Para além disso, em um terço das notificações analisadas, havia o histórico de violência repetida. Assim, para os pesquisadores, os registros mostram que muitas mulheres já passaram por situações que poderiam ter acionado mecanismos de proteção antes de uma agressão fatal.

Segundo Carolina Ricardo, diretora-executiva do Instituto Sou da Paz, é necessário tratar o acesso às armas como uma questão integrada de proteção das mulheres. "O controle de armas precisa fazer parte das políticas de enfrentamento à violência de gênero", afirmou ela.

Panorama internacional

As evidências reunidas no relatório apontam para um cenário em que a circulação de armas influencia a violência contra mulheres em outros países. No México, por exemplo, a proporção de homicídios de mulheres cometidos por disparos mais que dobrou em cerca de duas décadas: saltou de 31% em 2005 para 63% em 2024.

Segundo o documento, desde 2021, as armas de fogo passaram a responder por 54% das mortes de mulheres ocorridas dentro das próprias casas.

Já nos Bálcãs Ocidentais, entre 2019 e 2023, os episódios de violência doméstica com uso de armas causaram mais mortes do que a criminalidade em espaços públicos. Assim, cerca de dois terços das mulheres mortas por armas na região foram assassinadas dentro de casa por parceiros, ex-parceiros ou familiares.

Na África do Sul,a taxa de feminicídio cometido por parceiros íntimos é uma das mais altas do mundo, quase cinco vezes superior à média global.

No entanto, após a aprovação da Lei de Controle de Armas de Fogo em 2000, especificamente entre 1999 e 2017, o país registrou uma queda na proporção de feminicídios causados por tiros de armas de fogo. Nesse período, a proporção de feminicídios cometidos com armas de fogo caiu de aproximadamente um terço para cerca de um quinto dos casos.

Mesmo com a redução observada, o enfraquecimento da fiscalização nos anos seguintes fez o indicador voltar a subir, atingindo cerca de 37,4% dos feminicídios em 2020 e 2021, número equivalente a aproximadamente mais de um terço dos casos registrados.

Cobrança de diretrizes internacionais

O estudo aponta, no entanto, falhas na atuação internacional sobre violência de gênero, uma vez observada a "pouca atenção dedicada especificamente às armas de fogo nas diretrizes de prevenção, nos sistemas de monitoramento e nos protocolos de atendimento".

Embora a edição de 2025 do RESPECT Women, uma das principais referências internacionais sobre a prevenção de violência contra a mulher, já reconheça a redução do acesso a armamentos como fator de proteção, pesquisadores afirmam que esse reconhecimento ainda precisa ser transformado em orientações práticas para os serviços de saúde e em políticas públicas.

Assim, o documento defende que a OMS (Organização Mundial da Saúde) assuma protagonismo na elaboração de diretrizes internacionais que integrem o controle de armas ao enfrentamento da violência contra a mulher.

Entre as medidas apontadas estão: aprimorar protocolos de atendimento, fortalecimento na produção de dados, desenvolver orientações para profissionais de saúde E e

apoiar países na integração de medidas de prevenção da violência armada contra mulheres.

EM MANACAPURU

Confusão entre investigador da Polícia Civil e motociclistas termina com quatro pessoas baleadas em Manacapuru

Quatro pessoas ficaram feridas por disparos de arma de fogo durante uma confusão envolvendo um investigador da Polícia Civil e um grupo de motociclistas na madrugada desta terça-feira (10), em Manacapuru, no interior do Amazonas.

O grupo foi até a residência do policial para protestar contra uma abordagem feita por ele a um entregador de aplicativo. Durante o protesto, alguns motociclistas arremessaram paus e pedras contra o imóvel e tentaram derrubar o portão da casa. Em resposta, o investigador saiu armado da residência e efetuou diversos disparos na direção dos manifestantes.

O desentendimento começou após a circulação de um vídeo nas redes sociais que mostra uma discussão entre o servidor da Polícia Civil e um motoboy no Residencial Bentivi, localizado no quilômetro 78 da rodovia AM-070.

Nas imagens, o investigador orienta o entregador a reduzir a velocidade e entrar devagar no residencial, sob a justificativa de que o local é um loteamento privado. Ao final da gravação, o policial tenta tomar o celular utilizado para registrar a abordagem.

Já no início da madrugada, motoboys e outros motociclistas se organizaram e foram até a casa do investigador para demonstrar insatisfação com a situação. No local, a manifestação terminou em confronto.

Após os disparos, os motociclistas deixaram a área. Durante o deslocamento em direção à sede do município, alguns perceberam que haviam sido atingidos. As quatro vítimas foram levadas ao Hospital Regional Lázaro Reis, onde deram entrada com ferimentos provocados por tiros.

Em nota, a Polícia Civil do Amazonas confirmou a ocorrência e informou que o investigador compareceu à delegacia do município para registrar um boletim de ocorrência.

DIVULGAÇÃO



Investigador da Polícia Civil atira contra entregadores em Manacapuru

EM GUAJARÁ

Homem mata ex-companheira e tira a própria vida no AM; mãe da vítima também é ferida

Um homem de 26 anos é suspeito de matar a ex-companheira, de 24 anos, e ferir a mãe dela, de 46, com golpes de arma branca, na manhã de segunda-feira (9), em Tefé, no interior do Amazonas. Após o crime, o homem tirou a própria vida.

A mãe da vítima foi socorrida e encaminhada para atendimento médico.

A Polícia Civil do Amazonas (PC-AM), por meio da Delegacia Especializada de Polícia (DEP) de Tefé, investiga o caso para esclarecer as circunstâncias do crime.

Beatriz Sampaio/PC-AM



Delegacia Especializada de Polícia (DEP) de Tefé

Política

Flávio Dino afasta redução imediata para 40h mesmo sem acordo sobre fim da escala 6×1

Ministro afirmou que a ausência de negociação coletiva entre empresas e trabalhadores não altera o calendário aprovado pelo Congresso, que prevê a redução da jornada de 44 para 42 horas semanais em dezembro e para 40 horas em 2027

DIVULGAÇÃO



Ministro do STF, Flávio Dino

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou em audiência de conciliação nesta terça-feira (10) que, independentemente de haver acordo sobre o fim da escala 6×1, a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais não será imediata.

Segundo o texto aprovado pelo Congresso Nacional, a mudança da escala ocorrerá em duas etapas. A primeira fase deverá ser implementada em até 60 dias, garantindo dois dias de repouso remunerado por semana, com a redução da escala de 44 para 42 horas de trabalho por semana.

O prazo começou a ser contado depois da promulgação da matéria pelo Congresso, em 16 de outubro.

Depois de 14 meses (um ano e dois meses), a carga horária será oficialmente reduzida de 42 para 40 horas semanais, estabelecendo a escala 5×2.

"Em relação ao ponto um, que eu tranquilizo, é que, mesmo que eventualmente não haja os acordos, que eu espero que haja, menciono mais uma vez, não existe cenário de redução de quarenta e quatro pra quarenta horas no dia 16 de dezembro", afirmou Dino.

Segundo o ministro, não cumprir o que foi aprovado pelo Congresso seria inconstitucional. "Essa foi a decisão do Congresso, essa foi a decisão política do Congresso Nacional, e nem uma parte privada nem o Supremo podem, a não ser que fosse inconstitucional, frustrar o cumprimento da deliberação do Congresso Nacional."

A sessão realizada hoje foi convocada pelo ministro no âmbito de duas ações apresentadas por entidades empresariais que tentam alterar os prazos e a aplicação das novas regras.

O objetivo é discutir a implementação da emenda constitucional que estabeleceu a jornada de trabalho de até 40 horas semanais, com dois dias de descanso remunerado.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) adiou a publicação do decreto que regulamenta o fim da escala 6×1, segundo fontes da gestão federal.

A tendência é de que a publicação só ocorra após o chefe do Executivo retornar de uma sequência de viagens à Ásia.

AGENDA LEGISLATIVA

Governo Lula enxuga agenda de 2026 e adia pauta legislativa

O governo federal decidiu reduzir sua agenda legislativa para 2026 e adiar parte das pautas em discussão. Diante do tempo escasso até o recesso de dezembro, o Palácio do Planalto elegeu um conjunto restrito de prioridades para tentar avançar ainda neste ano.

A principal delas é a aprovação do Orçamento de 2027. Segundo a analista política, Tainá Falcão, a proposta orçamentária precisa acomodar o reajuste do Bolsa Família, os custos do novo Desenrola e a perda de arrecadação decorrente da proibição das bets.

"As mudanças exigem ajustes bilionários sem comprometer a meta fiscal, um baita desafio para o governo agora", destacou Tainá. A previsão é votar o texto até dezembro.

Em segundo lugar na lista de prioridades está a proibição das bets. A medida provisória que impede a exploração de apostas esportivas e jogos online já tem força de lei, mas ainda depende de aprovação formal pelo Congresso Nacional para se tornar lei efetivamente.

Na terceira posição aparece o Desenrola Brasil 3.0, programa de renegociação de dívidas que permite ao governo comprar débitos antigos de até R$ 10 mil, com descontos de pelo menos 90% na negociação com os credores.

A quarta prioridade elencada pelo Planalto é a regulação das big techs. O projeto amplia os poderes do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para fiscalizar grandes plataformas digitais e combater práticas que prejudicam a concorrência no ambiente digital.

Propostas adiadas para 2027

Com o calendário apertado, outras propostas ficaram para o ano seguinte. Entre elas está a tarifa zero no transporte público aos fins de semana, promessa de campanha de Lula que, segundo Tainá, tende a gerar muita discussão no Congresso.

"A destinação de cerca de R$ 12 bilhões em emendas parlamentares serviria para financiar a gratuidade, mas enfrenta, de cara, resistência de deputados e senadores", afirmou a âncora.

Também ficam para 2027 o marco legal da inteligência artificial, cujo texto já foi aprovado no Senado, mas ainda depende de votação na Câmara, e a reforma do Judiciário. Sobre esta última, Lula já solicitou estudos e discute a criação de um grupo de trabalho e até de uma secretaria específica para o tema.

As propostas dentro dessa reforma incluem a criação de mandatos para os ministros do Supremo Tribunal Federal, mudanças no critério de nomeação e regras mais rígidas de conduta. Ainda assim, não há um texto fechado pelo governo.

Congresso mais à direita impõe urgência ao governo

O analista de política Matheus Teixeira explicou que a estratégia do governo é aproveitar ao máximo a composição atual do Congresso Nacional: "Que é menos refratária ao governo do que será a próxima", destacou.

Na Câmara, o PL cresceu e subiu para 121 deputados, mas o Centrão ainda detém poder de decisão, podendo tanto derrotar quanto beneficiar o governo federal. Já no Senado, o cenário será muito mais difícil após as eleições de 2026.

Segundo Teixeira, o que não for aprovado ainda neste ano deverá ser encaminhado no início do próximo mandato, aproveitando a força inicial de um governo recém-eleito. Ele ressaltou que o Congresso é peça fundamental para qualquer avanço:

"Quando há um consenso mínimo, quando há um acordo entre os líderes dos principais partidos, aquelas matérias travadas há muitos anos são destravadas rapidamente", afirmou o analista.

DIVULGAÇÃO



Presidente Luiz Inacio Lula da Silva

PEC DA SEGURANÇA

Davi Alcolumbre diz que deve promulgar PEC da Segurança em cerca de 15 dias

O presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (União-AP), afirmou nesta terça-feira (10) que pretende promulgar a PEC da Segurança Pública nas próximas semanas. Ao ser questionado por jornalistas ao chegar ao Senado, ele disse: "Eu acho que vou marcar [a sessão solene] daqui a uns 15 dias".

O prazo permite que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) participe da cerimônia. O petista embarcou na segunda-feira (9) para a COP31, a conferência do clima da ONU, na Turquia, e só volta ao Brasil no dia 16.

A PEC foi aprovada pelo Senado em 3 de novembro e já havia passado pela Câmara em março. Depois da votação nas duas Casas, a promulgação é feita pela Mesa do Congresso Nacional.

O texto endurece o combate ao crime organizado, com regras mais rígidas para integrantes de facções e milícias. Também amplia as atribuições da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, reforça o financiamento da área, autoriza a criação de polícias municipais e prevê mais integração entre União, estados e municípios.

A promulgação é aguardada pelo governo, uma vez que Lula aguarda essa etapa para criar o Ministério da Segurança Pública, hoje unificado ao da Justiça. O Planalto já trabalha na estrutura da nova pasta, que deve reunir a Secretaria Nacional de Segurança Pública, a Secretaria Nacional de Políticas Penais, a PF e a PRF.

Alcolumbre também foi questionado sobre a possibilidade de votar ainda neste ano a redução da maioridade penal, tema que ficou de fora da PEC aprovada pelos senadores. Ele condicionou a análise à conclusão da votação na Câmara. "Se a Câmara votar, eu vou votar", disse.

A proposta é analisada por uma comissão especial da Câmara. O relator, deputado Mendonça Filho (PL-PE), pretende apresentar o parecer até o fim de novembro. A expectativa é que seja votado em dezembro.

Carlos Moura/Senado Federal



O presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União-AP)

redacao@vanguardadonorte.com.br | Da redação

Economia

Recuperação judicial bate recorde e atinge 8,5 mil empresas no Brasil até o 3º trimestre

O aumento foi de 5,4% no terceiro trimestre e o agronegócio liderou a incidência de empresas em crise, de acordo com o Monitoramento RGF-BIZDOC

DIVULGAÇÃO



Imagem gerada por I.A

O número de empresas brasileiras em recuperação judicial bateu um novo recorde no terceiro trimestre de 2026, somando 8.478 empresas nessa situação, alta de 5,4% em relação a junho e de 21,2% se comparado a igual período de 2025. Ao todo, foram mais 1.484 empresas que entraram com pedidos em 12 meses.

O resultado faz parte do Monitor RGF-BIZDOC e indica ainda que a quantidade de companhias que entram em recuperação continua superando a das que conseguem deixar essa condição.

O estudo utiliza uma base de aproximadamente 27 milhões de empresas de todos os portes para acompanhar a insolvência empresarial no país. O levantamento mostra que o estoque de empresas em recuperação judicial aumentou em todos os trimestres da série iniciada em 2023. Naquele período, eram 4.678 empresas. Em setembro deste ano, o número já era 81% maior.

Entre julho e setembro, o avanço, porém, vem perdendo ritmo e, ao todo, foram registrados 299 novos processos de recuperação judicial no período, representando uma queda de 12,6% em relação ao segundo trimestre.

A aparente contradição é explicada pela diferença entre processos e empresas envolvidas. Uma única recuperação judicial pode abranger diversas companhias de um mesmo grupo econômico. Além disso, o número de empresas que ingressaram nessa condição superou o das que deixaram o cadastro, de acordo com a RGF-BIZDC.

No terceiro trimestre, 701 empresas passaram a constar como estando em recuperação judicial, enquanto 269 saíram dessa situação. Entre as saídas, 157 permaneceram ativas e 112 tiveram a recuperação convertida em falência. O saldo foi de 432 empresas a mais em recuperação judicial, maior que o acréscimo de 282 registrado no trimestre anterior.

Agronegócio concentra recuperações

A situação do agronegócio é um dos principais pontos de atenção do levantamento. O setor encerrou setembro com 1.416 empresas em recuperação judicial, 113 a mais que em junho. Foi o maior crescimento absoluto entre os setores analisados.

A agropecuária também apresenta a maior incidência proporcional de recuperações, com 2,01 empresas nessa condição para cada mil empresas ativas do setor, índice 6,4 vezes superior à média nacional de 0,31. Isso significa que, embora outros setores tenham um número absoluto maior de companhias em recuperação, a crise é proporcionalmente mais disseminada entre as empresas do agronegócio.

O cultivo de soja concentra 675 empresas em recuperação judicial, quase metade do total da agropecuária. Apenas no terceiro trimestre foram acrescentadas 63 empresas dessa atividade. A criação de bovinos para corte aparece em seguida, com 285 empresas, aumento de 36 no período. A concentração nesses segmentos ajuda a dimensionar a exposição de atividades agrícolas e pecuárias às dificuldades financeiras.

Segundo Claudio Damasceno, sócio sênior da RGF BIZDOC, o agro continua registrando os maiores números por conta da pulverização do setor, que inclui desde produtores rurais individuais até grandes empresas. "Além disso, o setor está sujeito a vários elementos conjunturais e estruturais, como variações de preços em dólar e juros altos. Todos esses fundamentos macroeconômicos potencializam os impactos no agro que é muito vulnerável a variáveis tanto internas como variáveis externas. E a expectativa é que essa tendência continue nos próximos trimestres", disse.

Indústria e transportes também registram avanço

A indústria encerrou setembro com 1.647 empresas em recuperação judicial, crescimento de 84 em relação ao trimestre anterior. O setor apresenta uma incidência de 0,75 empresa em recuperação para cada mil ativas, mais que o dobro da média nacional.

O Transporte e a Logística tiveram uma das maiores altas percentuais do trimestre. O número de empresas em recuperação passou a 730, aumento de 12,8%, equivalente a 83 companhias adicionais. Já no Comércio, o estoque chegou a 1.737 empresas, 67 a mais que em junho.

A Construção Civil apresentou estabilidade no trimestre, com 1.103 empresas em recuperação judicial. Isso não significa ausência de dificuldades no setor, uma vez que a incidência de 0,57 por mil empresas ativas permanece acima da média nacional.

A leitura conjunta dos números mostra que o crescimento das recuperações judiciais não está restrito a uma única atividade econômica, alcançando segmentos ligados à produção, à circulação de mercadorias e ao consumo conforme o relatório.

Micro e pequenas empresas aceleram

O levantamento também revela uma mudança importante no perfil das empresas em dificuldade. Embora as companhias de grande porte apresentem incidência proporcionalmente maior de recuperações judiciais, são as empresas menores que registram o crescimento mais intenso ao longo da série histórica.

O indicador de incidência entre as microempresas chegou a 273 pontos no terceiro trimestre, considerando o primeiro trimestre de 2023 como base 100. Isso representa uma expansão de 173% no período. Entre as empresas de pequeno porte, o índice atingiu 180 pontos, crescimento de 80%. Já nas empresas grandes e muito grandes, os indicadores ficaram abaixo do patamar de referência de 2023. Em números absolutos, o levantamento registra 1.731 microempresas e 1.358 empresas de pequeno porte em recuperação judicial.

A diferença entre crescimento e incidência é relevante. As empresas grandes continuam apresentando maior proporção de recuperações em relação ao universo de companhias do mesmo porte, mas a deterioração mais acelerada ocorre entre os negócios menores.

Mato Grosso lidera incidência

A distribuição regional também mostra diferenças importantes. São Paulo concentra o maior número absoluto de empresas em recuperação judicial, com 2.293 registros em setembro, 55 a mais que em junho. Apesar disso, a incidência paulista é de 0,27 empresa por mil ativas, abaixo da média nacional.

Enquanto isso, Mato Grosso apresenta a maior incidência proporcional do país, com uma empresa em recuperação judicial para cada mil empresas ativas. O estado encerrou setembro com 543 companhias nessa condição. Goiás aparece com índice de 0,61 por mil, enquanto Pernambuco registra 0,51 e Rio Grande do Sul, 0,47.

O Paraná foi o estado com maior aumento absoluto no trimestre, ao passar de 707 para 795 empresas em recuperação, acréscimo de 88, equivalente a 12,4%. No total, 21 das 27 unidades da Federação terminaram setembro com mais empresas em recuperação judicial do que em junho. A disseminação territorial reforça que o aumento do estoque não se limita aos maiores centros econômicos, segundo a RGF-BIZDOC.

Um terço chegou à falência

Outro dado chama atenção para os limites da recuperação judicial como instrumento de reestruturação empresarial. Entre 4.807 processos iniciados de 2023 a setembro de 2026 e acompanhados pelo levantamento, 32,9% apresentavam desfecho de falência na data de referência. Outros 32% estavam em curso ou haviam chegado à etapa de encerramento após o cumprimento do plano. Em 7,5%, o processamento foi indeferido, enquanto 27,6% não apresentavam ato posterior captado pela base.

Os números exigem cautela na interpretação, porque o dado evidencia que o pedido de recuperação judicial não garante a continuidade do negócio. No terceiro trimestre, 112 empresas tiveram a recuperação convertida em falência, sendo que 40 estavam em recuperação havia mais de três anos. Por outro lado, 157 empresas saíram da condição de recuperação judicial e permanecem ativas no cadastro da Receita Federal.

Desde 2023, foram registradas aproximadamente 2.085 saídas nessa condição. Esse indicador, contudo, não significa necessariamente que todas as empresas tenham recuperado plenamente sua saúde financeira.

Falências diminuem no tri, mas crescem no ano

Os pedidos de falência apresentaram queda expressiva entre julho e setembro. Foram 306 requerimentos, 32,9% menos que os 456 registrados no segundo trimestre. A redução trimestral, porém, não foi suficiente para reverter a alta acumulada no ano. De janeiro a setembro, foram registrados 1.143 pedidos de falência, crescimento de 10% em relação ao mesmo período de 2025.

O levantamento também contabiliza 7.419 empresas com registro de falência em sua base, das quais 1.787 ainda aparecem como ativas no cadastro da Receita Federal. Os indicadores medem situações diferentes: os pedidos representam processos iniciados em determinado período, enquanto o estoque reúne empresas identificadas com a condição de falência.

De acordo com Damasceno, na evolução do segundo para o terceiro trimestre se observa um aumento ainda acentuado de recuperação judicial e uma pequena retração de falências. "Essa pequena retração pode ser explicada por defasagem estatística de dados que chegam até a Receita Federal. Agora, o fundamental é que os elementos presentes na economia continuam sendo um acelerador pra crise", afirma.

Para o executivo, agora há dois elementos novos. "O primeiro é que a inadimplência passa a estar tanto na ponta da produção, nas empresas, como também na ponta da pessoa física e ambos alimentam um fluxo negativo, criando um ciclo vicioso. O outro elemento, segundo ele, é a incerteza na área econômica, que acaba levando a decisões de proteção do negócio. "Ou seja eu vou pisar no freio, vou entrar em recuperação para me proteger porque eu não sei o que acontece nos próximos meses", explica.

Inadimplência de clientes e juros são dificuldades

A inadimplência dos clientes foi o problema mais citado pelas empresas que apresentaram pedidos de recuperação judicial no terceiro trimestre. Entre as petições com justificativas identificáveis na amostra analisada, 55% mencionaram a dificuldade de receber pagamentos, ante 45% no mesmo período de 2025.

O custo do crédito e os juros foram citados em 16% dos casos, contra 9% um ano antes. A queda do faturamento e da demanda também apareceu em 16%, ante 11%. Problemas relacionados ao clima e à colheita foram mencionados em 14% das petições, enquanto dificuldades de endividamento e caixa apareceram em 10%. Ou seja, as justificativas apontam para uma combinação de problemas financeiros e operacionais.

Para Juliana Strohl, cofundadora e diretora jurídica da plataforma de gestão financeira Kamino, há ainda um outro problema que as empresas não se dão conta, como a falta de visibilidade do fluxo de caixa em tempo real, que antecede um pedido de RJ. A executiva também destaca que desde que a Inteligência Artificial entrou na jogada muitos erros de projeção e má gestão, que antes ficavam escondidos em planilhas e sistemas desconectados, ficaram expostos, obrigando empresas a encarar sua real situação financeira.

"Na prática, a recuperação judicial é a fase em que se tenta evitar a falência, renegociando dívidas e arrumando o passivo. Mas, quando você não sabe com precisão quanto tem, quanto deve e quando os compromissos vencem, já está em zona de risco", explica a especialista.

Brasil e Mundo

Parlamento de Israel toma posse sem um novo governo definido

Eleição deixou o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu sem maioria e rival com caminho complexo para formar coalizão

DIVULGAÇÃO



Presidente israelense Isaac Herzog confere a Gadi Eisenkot, líder do partido Yashar, mandato para formar um novo governo, 8 de novembro de 2026

O parlamento de Israel tomou posse nesta terça-feira sem um novo governo, após uma eleição geral sem resultado favorável que retirou a maioria parlamentar do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, mas deixou seus principais rivais sem um caminho claro para o poder .

Os parlamentares eleitos na votação de 27 de outubro tomaram posse, enquanto Gadi Eisenkot, um ex-general, buscava formar uma coalizão após o presidente de Israel tê-lo incumbido, no domingo, de formar um governo.

Eisenkot e seus aliados também não possuem maioria, e ele ainda não fechou acordos com partidos que possam levá-lo ao poder. Se tanto Eisenkot quanto Netanyahu não conseguirem formar coalizões, outra eleição poderá ocorrer.

Ao presidir a cerimônia de posse, o presidente Isaac Herzog disse aos parlamentares: "Vocês devem fazer tudo para evitar a repetição das eleições."

"Estendam a mão para um acordo, mesmo entre rivais... Olhem uns para os outros com generosidade. Há muito trabalho a ser feito aqui, e isso exige a capacidade e a experiência encontradas em cada parte desta Casa."

O Parlamento poderá tentar instaurar um inquérito sobre o dia 7 de outubro.

Netanyahu permanece como primeiro-ministro interino até que um novo candidato consiga formar uma coalizão. A aliança de seu partido de direita, o Likud, com partidos de extrema-direita e ultraortodoxos superou as expectativas eleitorais, mas ainda assim perdeu a maioria, detendo agora 53 das 120 cadeiras do Knesset.

O partido de centro-direita de Eisenkot, Yashar, e suas diversas facções parceiras detêm apenas 48 cadeiras. Mas eles têm aliados em potencial nos partidos liderados por árabes em Israel, que possuem 19 cadeiras e estão alinhados com Eisenkot em sua veemente oposição a Netanyahu.

Isso significa que o parlamento recém-empossado ainda pode cumprir algumas das promessas de campanha de Eisenkot, como a possível criação de uma comissão de inquérito sobre os ataques do Hamas de 7 de outubro de 2023, algo apoiado pelos partidos árabes, mas amplamente contestado por Netanyahu.

Isso também poderia permitir que Eisenkot substituísse o atual presidente do Knesset, um membro do Likud.

Herzog disse aos membros do Knesset que o parlamento tinha o "dever de não deixar pedra sobre pedra" na investigação e compreensão da "catástrofe" de 7 de outubro, enquanto Israel continua a enfrentar ameaças do Irã e seus aliados.

Inicialmente, Eisenkot tem até 6 de dezembro para formar um governo, mas pode solicitar uma prorrogação de duas semanas, até 20 de dezembro. Ele reconheceu que seu caminho para o poder é "extraordinariamente complexo".

Suas opções incluem tentar formar um governo minoritário com o apoio de partidos árabes, atrair partidos ultraortodoxos para o seu campo, apesar de anos de hostilidade mútua, ou forjar um governo de unidade com Netanyahu. Todos os três caminhos enfrentam obstáculos formidáveis.

Até o momento, os partidos ultraortodoxos afirmaram que não se juntariam a um governo liderado por Eisenkot.

Por sua vez, Netanyahu lançou dúvidas sobre os resultados das eleições, alegando, sem provas, fraude eleitoral por parte dos árabes, que representam um quinto da população. As autoridades eleitorais afirmaram estar investigando possíveis irregularidades, mas que não encontraram evidências de fraude que pudessem ter influenciado o resultado da votação.

Em discurso após a posse do parlamento, Netanyahu pediu um governo de unidade nacional, alertando que o Irã buscava reativar seu programa nuclear e que Israel poderia sofrer crescente pressão internacional para aceitar um Irã com armas nucleares.

"Somente um governo (de unidade) como esse será capaz de enfrentar desafios dessa magnitude", disse ele.

Caso Eisenkot não consiga formar um governo, Herzog provavelmente pedirá a Netanyahu que tente formar uma coalizão. Se ele também falhar, outro candidato terá a oportunidade antes que Israel seja forçado a novas eleições.

Momentos após a abertura oficial do parlamento, Eisenkot e seus aliados apresentaram uma série de projetos de lei, incluindo uma legislação para estabelecer uma comissão estatal de inquérito sobre os ataques de 7 de outubro e para impor limites de mandato ao primeiro-ministro. Eles também propuseram a revogação de uma controversa reforma judicial e outras leis promulgadas durante o governo de Netanyahu nos últimos quatro anos.

Entre os que tomaram posse na terça-feira estava Elisha Madan, um reservista militar que perdeu as duas pernas lutando em Gaza. Ele recebeu uma ovação de pé dos parlamentares ao se levantar com suas próteses para prestar o juramento de posse.

ATAQUE CIBERNÉTICO

Porto de Santos adota plano de contingência após ataque hacker

A Autoridade Portuária de Santos (APS) informou nesta terça-feira (10) que sofreu com um ataque cibernético, que provocou lentidão nos sistemas online do porto. Desde a confirmação da incidência do vírus na rede, a autoridade portuária ativou um plano de contingência para evitar o vazamento de dados.

Em investigação interna, o porto descobriu que o vírus já estava presente na rede da APS antes da queda de energia registrada na sexta-feira (6), conforme apuração. Segundo a autoridade portuária, o programa malicioso foi ativado depois da interrupção no fornecimento elétrico, mas ainda não se sabe quando ele entrou nos sistemas.

Segundo a autoridade portuária, os serviços estão sendo retomados gradualmente, com o apoio de backups. O porto trabalha para a recuperação das plataformas e para garantir a continuidade dos serviços.

Para lidar com a indisponibilidade, a APS colocou em prática um plano de contingência. A medida prevê procedimentos alternativos para atividades que dependem dos sistemas digitais e pode provocar maior lentidão em processos administrativos. A APS, no entanto, afirma que essa demora não afeta a operação portuária.

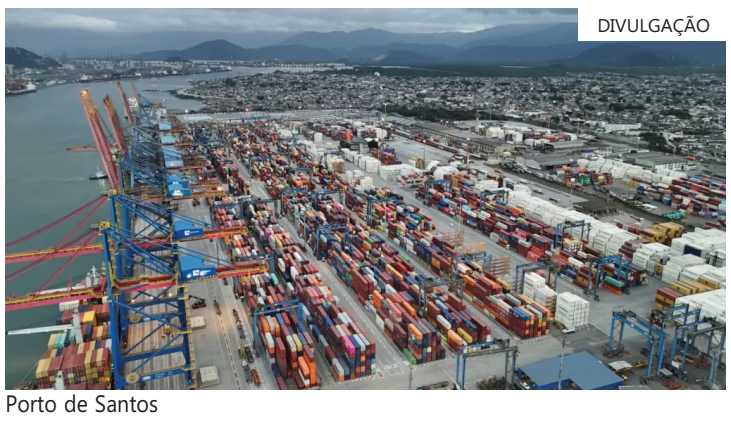
Nesse sentido, navegadores, importadores e terminais portuários que operam no porto disseram à imprensa que não relataram impactos operacionais em decorrência das instabilidades nos sistemas da autoridade portuária.

A DP World, que opera um terminal privado na margem esquerda do Porto de Santos, registrou somente lentidão na integração entre o portal e seus sistemas, mas afirmou que o problema não provocou impactos nas operações.

De acordo com a autoridade, as instabilidades atingiram serviços administrativos e sistemas de apoio, sem comprometer as atividades de movimentação de cargas e navios. As operações do porto seguem normalmente, e não há risco de paralisação do complexo.

A APS também afirma que nenhum serviço deixou de ser prestado. Enquanto os sistemas não são completamente restabelecidos, os atendimentos são realizados por meios alternativos e com controles internos.

DIVULGAÇÃO



Porto de Santos

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

TRT-RS aumenta indenização a operadora que levou choques de supervisora

O TRT-RS (1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região) confirmou indenização por danos morais a uma operadora de telemarketing que recebeu choques elétricos de sua supervisora.

A indenização foi realizada pelo juiz Evandro Luís Urnau, da 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo. O valor, no entanto, foi aumentado de R$ 10 mil para R$ 15 mil no segundo grau.

De acordo com as apurações do processo, a empregada foi submetida a choques elétricos mais de uma vez, provocados por uma arma e dispositivo de choque manipulados pela sua supervisora. A vítima relatou que, em uma das ocasiões, o choque atingiu sua orelha e provocou uma crise epiléptica, além de ter agravado sua perda auditiva.

A empresa da supervisora afirmou que ela possuía um aparelho portátil de defesa pessoal, que emitia ondas sonoras e baixos pulsos elétricos. A mesma, relatou que o equipamento não teria encostado no corpo da empregada.

No primeiro grau, o juiz Evandro Urnau entendeu que os fatos narrados pela empregada são presumidamente verdadeiros. No entanto, as alegações de que os choques teriam provocado crises epilépticas e agravado a perda auditiva foram afastadas pela perícia.

"A confissão ficta da reclamada faz presumir que houve o choque elétrico na reclamante. Ainda que não tenha reconhecido no tópico anterior o nexo causal do choque com a epilepsia e a perda auditiva, o simples fato de receber ameaças de choque e choque propriamente dito TRT-RS em ambiente laboral, por sua superior, é grave o suficiente para lesar a dignidade da obreira", afirmou o juíz.

Dada a decisão, a vítima recorreu ao TRT-RS, no qual o desembargador, Fabiano Holz Beserra, destacou a gravidade da conduta da supervisora e a omissão da empresa diante de um comportamento diário. O mesmo também considerou as especificidades do caso, entre elas o fato de a trabalhadora ser autista, com necessidade de suporte nível 2. Com base nesses elementos, o relator entendeu que o valor da indenização deveria ser aumentado.

DIVULGAÇÃO



TRT-RS (1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região)

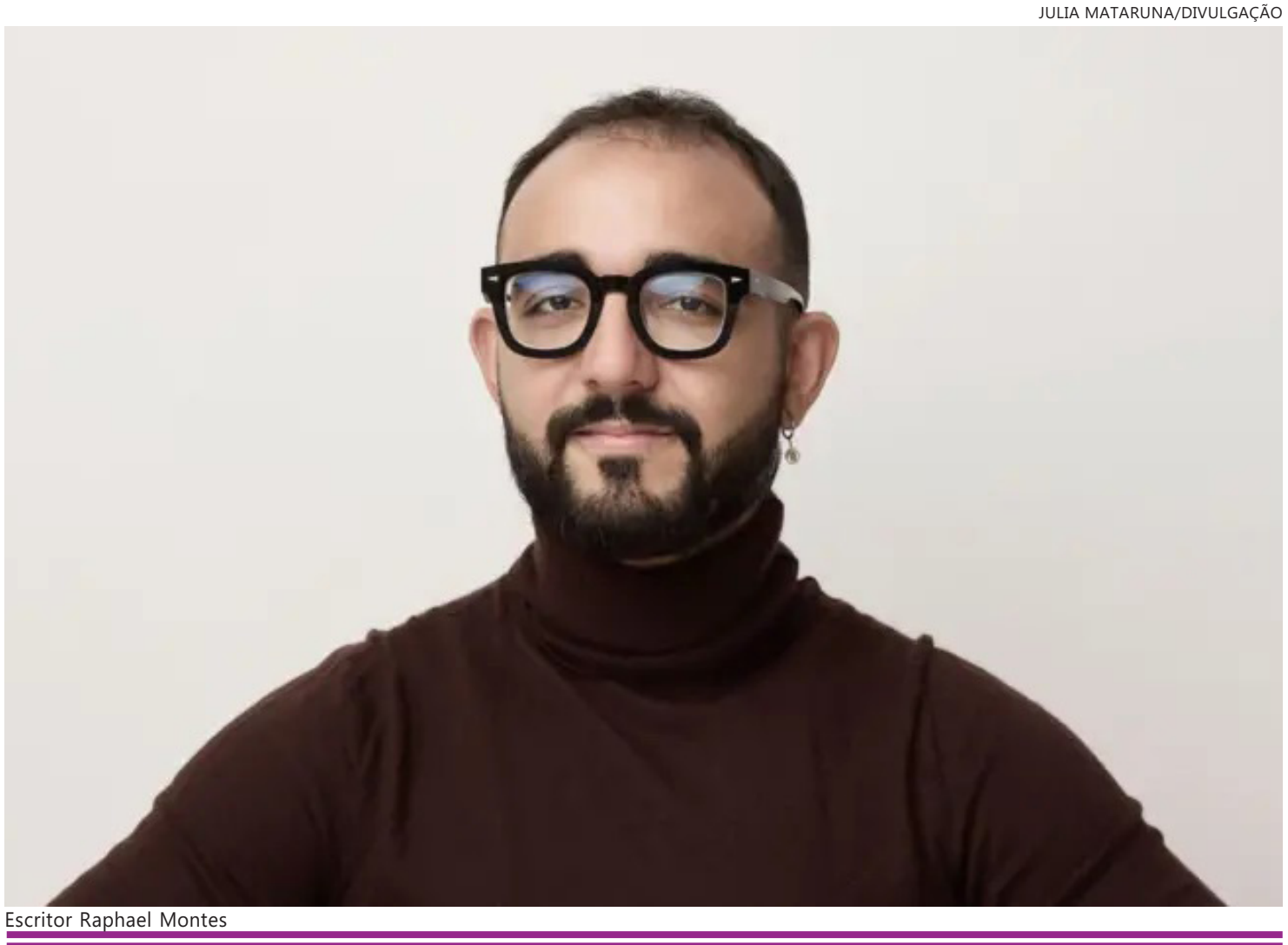
redacao@vanguardadonorte.com.br | Redação

Cultura

Quem é o autor brasileiro que foi parar na lista de livros imperdíveis do New York Times

O escritor Raphael Montes, um dos mais vendidos do Brasil, que agora tem livros traduzidos no exterior e séries na Netflix, Globoplay e Amazon Prime Video

JULIA MATARUNA/DIVULGAÇÃO



Escritor Raphael Montes

"É rico comendo pobre, literalmente." Raphael Montes não tem medo de chocar ao descrever seu livro Jantar Secreto, que vendeu 500 mil cópias no Brasil e acaba de ser lançado em inglês – nos Estados Unidos, no Reino Unido e na Austrália.

O autor diz, embora retrate multimilionários brasileiros que nutrem um apetite peculiar por carne humana e envoltos em um esquema de corrupção cheio de referências à política do país, Jantar Secreto não tem encontrado barreiras no exterior porque, no fim, é uma alegoria que interessa ao mundo todo.

"São assuntos universais: ambição, amor, inveja, preguiça. Não à toa, a gente assiste ao filme Parasita e se identifica tanto. Tem coisas coreanas – a relação do patrão e do empregado é diferente – mas tem coisas universais, como a desigualdade social. A pergunta que o filme faz é quem parasita quem", ele diz, usando como exemplo o filme que venceu o Oscar em 2020.

Jantar Secreto (Secret Dinner, na tradução para o inglês), incluído na lista do New York Times dos romances que dariam o que falar em 2026, não é seu primeiro livro lançado no idioma. Há quase uma década, chegou ao mercado internacional Perfect Days, tradução de Dias Perfeitos, que também ganhou uma adaptação em série pelo Globoplay.

Mas esta é a primeira vez que uma de suas obras chega ao público anglófono por meio de uma grande editora e ocupa não apenas as prateleiras de literatura estrangeira, mas as de thrillers em geral.

"Perfect Days saiu com esse tom de literatura traduzida. Na capa, tinha um coqueiro – e nem tem coqueiro no livro, mas saiu assim, porque é brasileiro", recorda o autor.

"A literatura brasileira que chegava para o restante do mundo tinha um certo tom de exótico."

Um dos fatores que ajudaram a mudar este cenário, ele avalia, foram os serviços de streaming, que popularizaram as chamadas histórias glocals – uma junção das palavras global e local –, como são chamadas as narrativas que retratam elementos de um determinado território sem perder o apelo para o resto do mundo.

"Os americanos, os ingleses, passaram a se acostumar a ver histórias interessantes coreanas, espanholas. Você quer consumir histórias porque são boas, não porque são de algum país", diz.

O autor conta que, na verdade, um dos elementos que mais têm chamado a atenção dos leitores estrangeiros em Jantar Secreto é a mistura dos vários subgêneros de literatura policial, a chamada crime fiction.

A divisão, que costuma ser bastante delineada no mercado de livros em inglês, no Brasil pouco importa. O livro também foi publicado na República Tcheca, na Hungria, na Polônia e na Rússia.

"Eles se perguntam se é um suspense ou um horror, porque é um thriller, uma corrida contra o tempo, mas também tem elementos de gore, horror, e ao mesmo tempo é divertido. Estão sofrendo para catalogar o livro."

A difícil carreira de escritor

Antes de se lançar no exterior, Montes já havia se consolidado como um dos escritores contemporâneos mais bem-sucedidos do Brasil.

Hoje, está perto de alcançar a marca de 2 milhões de livros vendidos. Para efeito de comparação, a tiragem média de um lançamento no Brasil é de 3 mil exemplares.

Ainda assim, o escritor, formado em Direito e que estudava para se tornar juiz antes de sua carreira literária decolar, faz uma ressalva: "É perigoso dizer que dá para viver como um autor de literatura no Brasil".

"Eu me sentiria irresponsável em dizer isso. Diria mais: é perigoso fazer literatura para ganhar dinheiro. A literatura não serve a isso. Literatura tem que ser uma atividade paralela e, de repente, pode virar sua atividade principal", diz.

Ele conta que só abandonou a carreira jurídica quando começaram a surgir convites para escrever roteiros de filmes, séries e novelas.

Entre seus trabalhos feitos exclusivamente para as telas, está Beleza Fatal, a primeira novela produzida pela HBO Max no Brasil. Embora não tenha alcançado cifras de audiência comparáveis às dos folhetins tradicionais, da TV Globo, a produção quebrou recordes da plataforma.

Hoje, o autor vê as trajetórias de romancista e a de roteirista entrelaçadas. Enquanto escrevia seu romance mais recente A Estranha na Cama, lançado em agosto, contou a ideia a uma executiva da Netflix, que encomendou a ele também o roteiro de uma adaptação para as telas.

O filme, protagonizado por Paolla Oliveira, Bella Campos e Emílio Dantas, já foi rodado e deve estrear no próximo ano.

"De algum modo, sou um advogado que também escreve livros, um roteirista que também escreve livro", ele define. "Mas, na minha vida financeira, ser roteirista cumpre um papel muito importante para as contas do mês. Paga mais."

Violência como crítica — e que gera crítica

Apesar de sua incursão pelo melodrama e pelo humor com a novela Beleza Fatal, o fio condutor da obra de Montes são as histórias de crimes, reais ou fictícios, marcadas por cenas de violência explícita.

Como Jantar Secreto imagina uma elite disposta a fazer de tudo para obter carne humana, não é difícil imaginar, mesmo sem recorrer a spoilers, o que a história reserva ao leitor.

"Trago a reflexão de quem é servido neste jantar e quem paga por isso. Quem é servido, sem dúvidas, são as pessoas pobres, pretas, as mulheres, os gays", diz o autor, que logo trata de fazer um aviso: "É isto em um tom de crítica do que, em tese, não faz falta na sociedade. Não no tom de 'Raphael Montes adora ver mulheres e gays sendo servidos'."

A advertência não surge por acaso. A percepção de que o autor, um dos mais lidos do Brasil atualmente, seria preconceituoso ou reforçaria estereótipos de violência é uma crítica que o acompanha há quase 15 anos, desde a publicação de sua primeira história, Suicidas.

O livro imagina um grupo de jovens que decide brincar de roleta-russa, um jogo em que os participantes giram o tambor de um revólver com uma bala, apontam a arma para si mesmos e puxam o gatilho, contando com a sorte para não dispará-la.

Seu segundo romance, Dias Perfeitos, tampouco se furta de cenas repletas de violência, ao retratar um universitário que sequestra a namorada na tentativa de convencê-la a manter um relacionamento com ele.

Em geral, há uma constante entre as vítimas dos crimes retratados em suas obras: são, em sua maioria, mulheres.

Além de Dias Perfeitos, essa característica fica evidente em Uma Mulher no Escuro, sobre uma jovem que testemunha o assassinato de toda a família ainda na infância; em Bom Dia, Verônica, que virou série na Netflix e acompanha uma escrivã da polícia durante investigações de casos de violência contra a mulher; em A Estranha na Cama, uma jovem acaba morrendo por enforcamento em um ménage à trois.

São frequentes as críticas de que suas histórias, a exemplo do que seria uma convenção da literatura policial, reproduziriam um viés machista, ao retratar mulheres como personagens mais frágeis que os homens e, consequentemente, mais vulneráveis a ameaças.

Montes diz que considera esses questionamentos legítimos.

"As histórias de crime, suspense, mistério e terror, por muitos anos, exploraram a violência contra a mulher de maneira quase fetichista. Felizmente, com a discussão que a gente tem hoje sobre machismo e o papel da mulher, a gente evoluiu como sociedade e cabe, sim, à literatura que trata de violência acompanhar esta reflexão", diz.

Mas o autor faz um porém: da mesma forma que é rindo que se criticam os costumes, é com o choque que se pode criticar a violência, inclusive a de gênero. Ele lança mão do exemplo da série Bom Dia, Verônica, protagonizada por Tainá Müller.

"A série foi vista por centenas de milhares de pessoas e, no fim de cada episódio, vinha uma mensagem: se você sofre violência doméstica, denuncie. E foram muitas ligações recebidas. Aí fui entendendo que contar histórias é também uma maneira de provocar indignação nas pessoas", conta.

"Meu objetivo é entreter, mas, ao longo do tempo, enxerguei a segunda camada que a literatura policial permite: gerar conversa, discussão e indignação. Mas, quando recebo uma crítica de que fiz um personagem misógino e, por isso, também sou misógino, não me afeta, porque essa pessoa não me conhece. Tem críticas que são só ruído de desinformação."

Os true crimes e o suposto 'prazer sádico'

Montes também se viu envolto pelo debate da violência nos roteiros que ajudou a escrever para filmes sobre dois crimes de grande repercussão no Brasil: os casos de Suzane von Richthofen, que matou os pais a pauladas em 2002, e o de Elize Matsunaga, que matou o marido, Marcos Kitano Matsunaga, em 2012.

Elize: Sombras de uma Mulher foi lançado pela Netflix neste ano. Já A Menina que Matou os Pais e O Menino que Matou Meus Pais, sobre os Richthofen, chegaram ao Amazon Prime Video em 2021, reconstituindo o crime sob as perspectivas de Suzane e a dos irmãos Cristian e Daniel Cravinhos. O autor participou ainda da produção de uma série sobre o caso.

Montes diz não ter tanto interesse por histórias de crimes reais, os chamados true crimes, "porque a violência na vida real é tão banal, que não rende literatura". Mas ele considera curioso que algumas pessoas critiquem esse tipo de narrativa enquanto consomem programas policialescos na televisão.

Em sua visão, "o true crime é um gênero forte porque as pessoas se interessam por investigar a mente humana". "Não acredito que exista gente que assista por um prazer sádico", ele diz.

"Tanto que o público que mais consome true crime é o feminino, que, pelo que dizem as pesquisas, consomem porque querem entender por que sofrem tanta violência. É uma maneira de tentar entender a violência do ser humano."

É por isso que impõe, conta, uma condição para aceitar convites para trabalhar nesses projetos: que as produções tenham algo a dizer para além da exploração do crime nas telas. "É enxergar o que o caso concreto me traz para falar do ser humano", diz, dando como exemplo o filme de Matsunaga.

"Enxergo uma vontade de discutir casamento, relação de poder no casamento, ciclos de violência, dessa mulher que acredita que vai viver uma vida, mas, quando chega lá, vive outra", exemplifica.

O escritor ressalta ainda que os criminosos retratados não recebem dinheiro pelas produções, ao contrário do que se especula nas redes sociais. Os roteiros são baseados nos autos dos processos, e não em novos depoimentos ou relatos dos envolvidos. Afinal, são filmes e séries dramatizados, com atores interpretando os criminosos, e não entrevistas, como ocorreria em um documentário.

O autor diz, contudo, que tem prestado cada vez mais atenção às cenas de violência que escreve, para se perguntar os motivos por trás daquilo.

"Existe uma parcela da sociedade que não gosta de histórias de violência, e está tudo bem, ninguém é obrigado a gostar. E tem gente que gosta, mas não no lugar do fetiche da violência. Essa é uma evolução importante: a violência não ser gratuita, mas servir à história e à provocação do leitor ou do espectador."



redacao@vanguardadonorte.com.br | Da redação

Esportes

Amazonense Marília é convocada novamente pela seleção brasileira para última data FIFA do ano

Natural de Manaquiri, interior do Amazonas, a atacante vive grande temporada pelo Cruzeiro e novamente marcou presença na lista do técnico Arthur Elias

Fotos: DIVULGAÇÃO



Marília foi campeã pelo Cruzeiro na Libertadores

A atacante amazonense Marília Furiel foi convocada pelo técnico Arthur Elias para os amistosos da seleção brasileira contra o Japão. O nome da jogadora está na lista das 26 convocadas que foi divulgado na tarde desta terça-feira (10).

A seleção joga na última data FIFA do ano nos dias 29 de novembro e 5 de dezembro. O primeiro acontece no estádio Edion Peace Wing, em Hiroshima e o segundo no JFE Harenokuni Stadiu.

Destaque do Cruzeiro na temporada, Marília, de 23 anos, pode viver o sonho de jogar uma Copa do Mundo em casa. A atacante havia sido convocada para o amistoso contra a Argentina, vencido pela seleção por 3 a 1.

Temporada especial

Natural da Ilha do Janauacá, no município do Careiro, região metropolitana de Manaus, a atacante vive uma temporada vitoriosa pelo Cruzeiro. Marília terminou o Brasileiro Feminino como artilheira com 11 gols.

Na Copa Libertadores, a atacante foi peça chave na campanha que terminou com o título continental do Cruzeiro. Na semifinal, marcou o gol que garantiu o time mineiro à final. E na decisão contra o Corinthians, sofreu o pênalti que empatou o jogo e levou para as penalidades, vencida pela raposa.

Marília tem 17 gols e duas assistências em 30 jogos, a melhor da seis temporadas no Cruzeiro.

Antes da Copa do Mundo de 2027, a amazonense vai ter mais duas oportunidades para se firmar na lista definitiva. A seleção terá duas datas FIFA, a primeira será entre 26 de fevereiro e 6 de março e a segunda ocorrerá entre 13 e 24 de abril, ambas com possibilidade de até três jogos.

SELEÇÃO OLÍMPICA

Endrick se coloca à disposição da Seleção para Olimpíada de 2028

Com a Seleção Brasileira em Singapura para os amistosos desta Data Fifa, o atacante Endrick concedeu coletiva nesta terça-feira (10) e falou sobre a possibilidade em defender a equipe olímpica rumo aos Jogos de Los Angeles em 2028.

O jogador do Real Madrid exaltou a proximidade que tem com Paulo Vitor, técnico da Seleção Olímpica e ex-treinador do craque na base do Palmeiras.

"Estou aqui para jogar pelo Brasil. Tenho uma amizade com o Paulo Victor, que é o treinador dessa próxima Olimpíada, tive a oportunidade de estar com ele na primeira Copinha com o Palmeiras. Para onde eu for chamado, eu vou, porque vou estar defendendo a Seleção, independente de ser a Olímpica ou a Principal", declarou Endrick, ressaltando seu amor pela Amarelinha.

"Todas as oportunidades que eu tiver para defender a Seleção, é isso que vou fazer em toda a minha carreira, até eu me aposentar", completou.

Vale lembrar que o futebol masculino do Brasil ainda não tem vaga garantida na próxima Olimpíada. A Conmebol ainda não deu detalhes do Torneio Pré-Olímpico. A Seleção ficou fora dos Jogos de Paris, em 2024.

A Seleção Brasileira entra em campo no próximo sábado (14), às 7h15 (de Brasília), contra o Japão. Depois, o time comandado por Carlo Ancelotti enfrenta Singapura na terça-feira (17), às 7h. Os dois confrontos acontecem no Estádio Nacional de Singapura.

DIVULGAÇÃO



Atacante participou da primeira coletiva da Seleção Brasileira em Singapura, onde a equipe enfrenta Japão e a equipe local nesta Data Fifa

FÓRMULA 1

Toto Wolff deixa título da Mercedes de lado e já mira temporada 2027

A Mercedes voltou ao topo da Fórmula 1 e conquistou seu nono título do Mundial de Construtores no Grande Prêmio de São Paulo. Apesar da conquista, Toto Wolff demonstrou que não pretendia permanecer por muito tempo na comemoração. O dirigente austríaco já direcionava suas atenções para os pontos que precisavam ser corrigidos e para o planejamento da temporada 2027.

A equipe de Brackley garantiu o campeonato após George Russell e Kimi Antonelli terminarem a prova em quarto e quinto lugares, respectivamente. A pontuação obtida pela dupla foi suficiente para confirmar matematicamente o título, encerrando um período sem conquistas entre os construtores desde 2021.

Com nove campeonatos, a Mercedes alcançou a Williams na lista das equipes mais vitoriosas da história da categoria. O time ficou atrás somente de Ferrari, com 16 títulos, e McLaren, com dez.

Embora os integrantes da equipe tenham celebrado o resultado no pódio de Interlagos, Toto não escondeu sua insatisfação com o desempenho apresentado durante a corrida. O dirigente explicou que sua personalidade o levava a analisar imediatamente os problemas, mesmo diante de uma conquista tão importante.

"Não estou comemorando!", explicou ele. "Não, já estou totalmente focado nisso. Quer dizer, minha equipe diz que estou infeliz porque nunca consigo comemorar esses momentos. Quando a corrida terminou, Bradley [Lord, vice-chefe de equipe] me disse: 'Você precisa pelo menos dar um sorriso para as câmeras' e eu respondi: 'Não consigo, sabe, esse sou eu!'"

"Fico pensando: 'O que deu errado nesta corrida? Por que tivemos um desempenho tão ruim? E o que podemos fazer por Las Vegas e pelo ano que vem?' Mas isso faz parte da minha personalidade", acrescentou.

Além do significado esportivo para a Mercedes, o nono título também colocou Wolff em uma posição especial entre os dirigentes da Fórmula 1. O austríaco igualou o número de campeonatos conquistados por Frank Williams, fundador da tradicional equipe britânica. O dirigente reconheceu que alcançar essa marca representava algo que dificilmente imaginava quando iniciou sua trajetória à frente da Mercedes.

"Eu tinha uma relação próxima com Frank, e estar lá é incrível", disse ele. "Não consigo acreditar. Temos alguns dos nossos pilotos que já ganharam mais de nove corridas, que correram com a Brawn, que ganharam com a Honda, e eles têm ainda mais. Então, sim, eu aceito. É ótimo."

Para Wolff, o retorno ao topo do campeonato não poderia ser explicado apenas pelo desempenho dos pilotos ou pela eficiência técnica do carro. O dirigente atribuiu boa parte do sucesso à mentalidade compartilhada pelos profissionais da Mercedes, marcada pela busca constante por evolução e pela manutenção dos valores internos da organização.

"Quando penso nas pessoas da nossa equipe, o que temos em comum é uma determinação absoluta em encontrar o máximo desempenho em todas as áreas", disse ele. "Pode ser em finanças, pode ser em aerodinâmica. Todos estão constantemente buscando o progresso. Ao mesmo tempo, mantemos nossos valores. Queremos fazer as coisas da maneira correta, com humildade, integridade e respeito."

"Isso é algo que você vê quando observa grandes equipes esportivas do passado: elas conseguiram alcançar o sucesso mantendo esse tipo de cultura de equipe. E é por isso que tenho orgulho de todos na equipe", concluiu.

DIVULGAÇÃO



Kimi Antonelli, Toto Wolff e George Russell festejam título da Mercedes em Interlagos

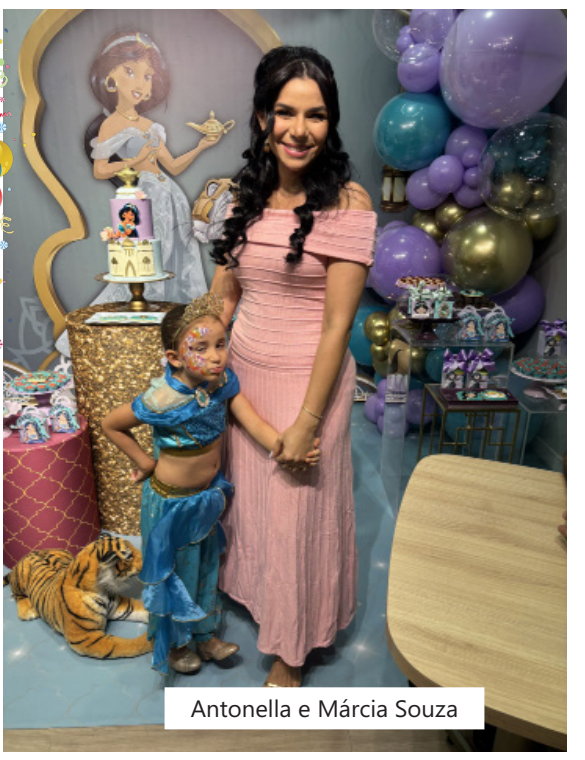


Maza Lopes

Maza Said Lopes
mazalopes@aol.com
@mazalopes

Princesa Antonella


Antonella e Filipe Brito


Antonella e Márcia Souza

A Marcia Souza e o Filipe Gil de Brito juntaram os amigos e seus rebentos, no fim da tarde de segunda-feira passada, para festejar os 5 aninhos da Antonella na Brinquedoteca do Manaus Plaza, bem bacana o lugar, projetado para criançada, mesmo. O tema escolhido pela aniversariante foi da Princesa Yasmin.


Thiago Encarnação entre Clara e Wilson Brito


Rayane Torres e Juliana Lira


Daniel e Luna Gerhard


Fredson, Aninha, João Pedro e Thiago Encarnação

MEIA SURPRESA

As amigas se amancomunaram para festejar o aniversário da Claudia Pedrotti, durante o almoço de sábado passado, no reservado do Traverso Gastronômia... era surpresa mas bom senso prevaleceu para a Dindinha se arrumar e ficar bem na foto. Foi ótimo!


Claudia Pedrotti


Tatyane Dutra e Roberta Tenório


Cylene Evangelista e Cristiane Pimenta


Sandra Rossy e Andreza Batista


Ana Rita Sanches e Leia Gonzaga


Luiza Gioia


Andréia Sampaio


Dafne Ribeiro


Mariane Nascimento

CLASSIFICADOS

LIGUE E ANUNCIE: vanguardadonorte.com.br

(92) 99104-8488 / (92) 99104-8484























